

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS- ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Curso: MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

Grupo de Pesquisa: Politeia - Coprodução do Bem Público, Accountability, Inovação e Sustentabilidade

**QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO INSTRUMENTO DE
GOVERNANÇA E SUPORTE À TOMADA DE DECISÃO: UMA ANÁLISE DA
EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO EM MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO E
SANTA CATARINA**

CPF: 021.252.951-05

**Florianópolis
2026**

1 INTRODUÇÃO

A crescente complexidade da gestão pública tem ampliado a demanda por instrumentos capazes de qualificar o processo decisório e promover melhores resultados na alocação de recursos públicos. Nesse cenário, a Administração Pública tem incorporado abordagens orientadas à governança, à accountability e à gestão baseada em evidências, nas quais a informação assume papel central como insumo estratégico para a tomada de decisão.

A gestão pública municipal exige informações confiáveis para sustentar decisões relacionadas ao planejamento, controle e avaliação, diretamente associadas à busca por eficiência na utilização dos recursos públicos.

Como destaca Piscitelli (2019), o modelo tradicional de gestão pública, baseado em controles formais e rotinas burocráticas, mostra-se insuficiente diante das novas exigências de desempenho e responsabilidade do Estado. Nesse contexto, a qualidade da informação passa a ser um elemento crítico, especialmente quando se considera que decisões mais bem informadas tendem a produzir resultados mais consistentes.

Apesar dos avanços normativos e institucionais observados no Brasil, ainda são limitadas as evidências empíricas que demonstram de que forma a qualidade da informação contábil influencia efetivamente o desempenho da gestão pública municipal. Essa lacuna evidencia a necessidade de estudos empíricos que articulem informação contábil, governança e desempenho no contexto municipal brasileiro. Torna-se ainda mais relevante diante das diferenças econômicas, institucionais e administrativas entre os entes federativos, que impactam diretamente a capacidade de gestão e os resultados alcançados.

Nesse sentido, a realização de análises comparativas entre diferentes contextos regionais mostra-se particularmente pertinente. Os estados de Mato Grosso e Santa Catarina representam realidades distintas: enquanto Mato Grosso apresenta forte dinamismo econômico impulsionado pelo agronegócio e expansão recente de receitas públicas, Santa Catarina possui uma economia mais diversificada, com histórico de práticas administrativas frequentemente destacadas em indicadores nacionais de gestão. A comparação entre esses contextos permite aprofundar a compreensão sobre como diferentes estruturas influenciam a relação entre qualidade informacional, governança e eficiência do gasto público.

Diante desse cenário, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: de que forma a qualidade da informação contábil influencia a eficiência do gasto público municipal, considerando seu papel no fortalecimento da governança e no suporte à tomada de decisão, em diferentes contextos regionais como os estados de Mato Grosso e Santa Catarina?

O objetivo geral consiste em analisar essa relação, considerando a qualidade da informação contábil como instrumento de governança e suporte à decisão. Como objetivos específicos, pretende-se:

- Mensurar o nível de qualidade dos dados contábeis dos municípios selecionados, a partir de indicadores relacionados à transparência, tempestividade e regularidade das informações fiscais;
- Avaliar a eficiência do gasto público municipal por meio de indicadores de desempenho fiscal e aplicação de recursos;
- Examinar a relação entre qualidade da informação contábil e eficiência do gasto público;
- Comparar os resultados entre os municípios dos estados de Mato Grosso e Santa Catarina, considerando suas especificidades contextuais.

A relevância desta pesquisa se justifica, no plano teórico, pela contribuição ao diálogo entre contabilidade pública e Administração, especialmente no que se refere à relação entre informação, decisão e desempenho organizacional no setor público. No campo empírico, o estudo utiliza dados reais de municípios brasileiros, ampliando a compreensão sobre práticas de gestão pública em diferentes contextos. Do ponto de vista prático, os resultados podem subsidiar gestores na utilização mais estratégica da informação contábil como instrumento de governança e melhoria da eficiência do gasto público.

Adicionalmente, a proposta apresenta aderência ao campo da Administração, com aderência ao Grupo de Pesquisa Politeia, ao abordar temas relacionados à governança pública, accountability e finanças públicas.

Por fim, a escolha do tema também se ancora na trajetória profissional da pesquisadora, com atuação diretamente na gestão pública municipal, o que proporciona não apenas acesso qualificado aos dados, mas também uma compreensão prática dos processos decisórios, contribuindo para a consistência analítica, viabilidade e relevância aplicada da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO PRELIMINAR

A complexidade da gestão pública tem demandado o fortalecimento de mecanismos de governança, transparência e controle, especialmente no âmbito dos governos locais, assim tem incorporado abordagens orientadas ao desempenho, à accountability e à tomada de decisão baseada em evidências, nas quais a qualidade da informação assume papel central.

2.1. Governança pública e accountability

A noção de governança pública tem ganhado destaque como um modelo que supera a visão tradicional burocrática, incorporando princípios como transparência, responsabilização e eficiência na gestão dos recursos públicos. Segundo Secchi (2009), a governança pública envolve a articulação entre Estado, sociedade e demais atores institucionais, com foco na geração de valor público e na melhoria dos resultados das políticas públicas.

Nesse sentido, a accountability constitui um dos pilares fundamentais da governança, sendo entendida como o conjunto de mecanismos que permitem a prestação de contas, a transparência e o controle das ações governamentais (Raupp; Pinho, 2013). A disponibilidade de informações confiáveis e tempestivas é condição essencial para que esses mecanismos se efetivem, possibilitando maior controle social e institucional.

Assim, a qualidade informacional insere-se como elemento estruturante da governança pública, na medida em que viabiliza a transparência fiscal e subsidia os processos de controle e responsabilização.

2.2 Informação contábil no setor público e tomada de decisão

No campo da contabilidade pública, Piscitelli (2019) destaca que a informação contábil deixou de possuir caráter meramente registral e passou a constituir ferramenta estratégica para planejamento, controle e responsabilização. Para o autor, a qualidade da informação contábil - expressa na consistência, integridade, aderência às normas e tempestividade, é condição necessária para assegurar que os demonstrativos representem adequadamente a realidade financeira e patrimonial dos entes públicos.

A partir de 2008, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) intensificou a agenda de harmonização contábil, com vistas a uniformizar conceitos, aumentar a comparabilidade entre entes federativos e aproximar o Brasil dos padrões internacionais definidos pela IFAC e pela IPSASB (IFAC, 2023).

Entretanto, apesar dos avanços normativos, a literatura mostra que persistem disparidades significativas na qualidade das demonstrações produzidas pelos municípios. Estudos empíricos identificam problemas recorrentes como insuficiência das notas explicativas, inconsistências patrimoniais, divergências entre demonstrativos e dificuldades de aderência ao regime de competência (PINA; TORRES, 2006; CFC, 2020; ANDRADE, 2016). Esses fatores

afetam diretamente a credibilidade da informação e prejudicam o processo de consolidação das contas públicas.

Assaf Neto (2023) reforça que análises econômico-financeiras confiáveis dependem da acurácia e completude dos dados contábeis. Para o autor, os indicadores fiscais somente refletem a realidade quando sustentados por registros consistentes, o que evidencia a importância da qualidade da informação contábil para avaliações de eficiência, liquidez, endividamento e desempenho fiscal.

2.3 Transparência, Governança Fiscal e Qualidade da Informação Contábil

No campo da transparência e da governança fiscal, Acemoglu e Robinson (2012) argumentam que instituições fortes dependem da capacidade de fornecer informações precisas para reduzir assimetrias entre governantes e sociedade, fortalecendo mecanismos de accountability. Pina e Torres (2006), ao analisar práticas internacionais de divulgação fiscal, destacam que a qualidade das informações é determinante para o controle social e para a confiança nas instituições públicas.

A qualidade informacional é frequentemente associada a características como confiabilidade, tempestividade, comparabilidade e compreensibilidade. No contexto do setor público brasileiro, iniciativas como a convergência às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTSP) e a implementação de sistemas como o SICONFI têm buscado aprimorar esses atributos.

De acordo com estudos sobre transparência fiscal, a divulgação de informações de qualidade contribui para reduzir assimetrias informacionais entre governo e sociedade, fortalecendo o controle social e institucional (Zuccolotto; Teixeira, 2014). Além disso, a transparência está associada a melhores práticas de gestão e maior responsabilização dos gestores públicos.

Nesse sentido, instrumentos como o Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal, representam esforços institucionais para avaliar e incentivar a melhoria da qualidade das informações prestadas pelos entes federativos.

No Brasil, o Ranking de Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no SICONFI, instituído pela STN, busca avaliar o grau de conformidade dos municípios, estimulando a melhoria das rotinas contábeis e incentivando a profissionalização das equipes. O ranking considera critérios como consistência, completude, regularidade e tempestividade - elementos amplamente reconhecidos pela literatura como atributos essenciais da qualidade informacional.

2.4 Eficiência do gasto público e desempenho municipal

A eficiência do gasto público constitui tema central na Administração Pública, especialmente em contextos de restrição fiscal, estando relacionada à capacidade de transformar recursos (inputs) em resultados (outputs) de forma otimizada (FARRELL, 1957), sendo também associada, no setor público, à qualidade da alocação dos recursos e à entrega de valor à sociedade (MATIAS-PEREIRA, 2010; GIAMBIAGI; ALÉM, 2016).

No âmbito municipal, a eficiência do gasto pode ser analisada a partir de indicadores fiscais e sociais, como aplicação em áreas essenciais (saúde e educação), controle de despesas com pessoal e equilíbrio orçamentário. Estudos empíricos têm demonstrado que diferenças na gestão e na qualidade das instituições podem influenciar significativamente o desempenho dos governos locais.

Dessa forma, a análise da eficiência do gasto público permite avaliar não apenas o cumprimento de limites legais, mas também a qualidade da gestão e a capacidade dos municípios em gerar valor público.

2.5 Relação entre informação, governança e desempenho

A literatura em Administração tem destacado a importância da informação como elemento mediador entre governança e desempenho organizacional. Modelos teóricos sugerem que melhores sistemas de informação contribuem para decisões mais eficazes, o que, por sua vez, impacta positivamente os resultados das organizações.

No setor público, essa relação se manifesta na medida em que informações contábeis de maior qualidade possibilitam maior transparência, fortalecem a accountability e subsidiam decisões mais eficientes na alocação de recursos. Assim, a qualidade da informacional pode ser compreendida como um fator determinante para a melhoria do desempenho fiscal e da eficiência do gasto público.

Com base nesse referencial teórico, parte-se da premissa de que a qualidade da informação contábil influencia a eficiência do gasto público, sendo mediada por mecanismos de governança e tomada de decisão.

2.6 Diferenças regionais e contexto institucional

A análise comparativa entre diferentes contextos regionais permite aprofundar a compreensão sobre como fatores econômicos, institucionais e administrativos influenciam a gestão pública. No Brasil, estados apresentam características distintas, que se refletem na capacidade administrativa e nos resultados fiscais dos municípios.

Nesse contexto, a comparação entre Mato Grosso e Santa Catarina mostra-se relevante, uma vez que os estados possuem estruturas econômicas diferenciadas, com destaque para o agronegócio em Mato Grosso e uma economia mais diversificada em Santa Catarina, além de possíveis diferenças em práticas de gestão e níveis de maturidade institucional. Essa abordagem comparativa contribui para identificar padrões, boas práticas e fatores condicionantes da eficiência do gasto público, ampliando a relevância teórica e empírica da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com base nessa fundamentação teórica, delinea-se a estratégia metodológica para responder à questão de pesquisa, diante disso, adota-se uma abordagem quantitativa, com aplicação de métodos econométricos e análise estatística descritiva para verificar a relação entre qualidade da informação contábil e eficiência do gasto público nos municípios de Mato Grosso e Santa Catarina.

3.1 Abordagem Metodológica

A presente pesquisa caracteriza-se como quantitativa, de natureza aplicada, com objetivo explicativo, na medida em que busca analisar a relação entre a qualidade da informação contábil e a eficiência do gasto público municipal e sob a perspectiva da Administração Pública, o estudo adota uma abordagem orientada à análise de desempenho e tomada de decisão, considerando a informação contábil como instrumento de governança e suporte à gestão.

3.2 Estratégia de Pesquisa

A estratégia adotada será a de estudo quantitativo com análise comparativa inter-regional, envolvendo municípios dos estados de Mato Grosso e Santa Catarina. A pesquisa também se configura como um estudo correlacional, ao investigar a associação entre variáveis relacionadas à qualidade da informacional e indicadores de eficiência do gasto público.

3.3 Contexto da Pesquisa

O estudo será realizado com base em dados de municípios brasileiros, com foco nos estados de Mato Grosso (MT) e Santa Catarina (SC), selecionados em função de suas diferenças econômicas, institucionais e administrativas.

A amostra será composta por municípios que atendam aos critérios de disponibilidade de dados completos no SICONFI; presença no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional e regularidade mínima de envio das informações fiscais no período analisado.

Para garantir comparabilidade, poderão ser adotados critérios de seleção como os municípios acima de determinado porte populacional ou amostra intencional com base na disponibilidade e consistência dos dados. O período de análise compreenderá, preferencialmente, os anos de 2021 a 2024, permitindo avaliar dados recentes e consolidados.

3.4 Variáveis e operacionalização

A definição das variáveis deste estudo está alinhada ao objetivo central da pesquisa, que se refere a analisar de que forma a qualidade da informação contábil influencia a eficiência do gasto público municipal, considerando seu papel como instrumento de governança e suporte à tomada de decisão, a partir de uma análise comparativa entre municípios dos estados de Mato Grosso e Santa Catarina.

3.4.1 Variável independente

As Variáveis Independentes se referem a “Qualidade da Informação Contábil” e para mensurá-la, serão utilizados indicadores objetivos, verificáveis e baseados em critérios oficiais da Secretaria do Tesouro Nacional (STN):

Quadro 1 – Indicadores de Variável Independente

Origem	Descrição
Indicadores de consistência do SICONFI	A qualidade da informação contábil será mensurada principalmente a partir da nota do Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional, complementada por indicadores de tempestividade e regularidade no envio das informações ao SICONFI
Completude dos quadros e anexos declarados no SICONFI	Preenchimento integral dos campos obrigatórios; a inexistência de valores nulos quando não permitidos; a coerência entre o que é declarado e as instruções normativas, indicador institucional validado pelo Tesouro Nacional.

Tempestividade no envio das demonstrações contábeis e fiscais	Cumprimento dos prazos estabelecidos pela STN para a entrega de: RREO; RGF; DCA; demais demonstrativos padronizados.
Indicadores de Conformidade Contábil (STN/DataPrev)	Os que medem a aderência do município às normas contábeis aplicadas ao setor público, refletindo qualidade técnica e observância das regras do MCASP e das NBC TSP: índice de conformidade contábil (ICC); aderência ao PCASP; validações estruturais e semânticas.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Destaca-se que a tempestividade é um componente fundamental da utilidade e confiabilidade da informação contábil, esses indicadores sintetizam diferentes dimensões da qualidade da informação, como precisão, completude, regularidade e conformidade normativa.

3.4.2 Variável dependente

A eficiência do gasto público, será a variável dependente deste estudo e será mensurada por indicadores que capturam a capacidade do município de transformar recursos financeiros em resultados concretos para a população, serão utilizados:

Quadro 2 – Indicadores de Variável Dependente

Origem	Descrição
IFGF – Índice Firjan de Gestão Fiscal	Com foco nas dimensões “gasto com pessoal” e “investimentos”, por refletirem o equilíbrio entre despesas obrigatórias e capacidade de investimento; o grau de eficiência no uso dos recursos; a disciplina fiscal e a sustentabilidade da gestão, como proxy de eficiência fiscal.
Indicadores setoriais de eficiência em saúde e educação	Gasto por aluno matriculado (educação); gasto por atendimento ou por habitante (saúde); desempenho operacional ou resultados produzidos.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A eficiência do gasto público será mensurada por meio do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), com ênfase nas dimensões de gasto com pessoal e investimentos, complementado por indicadores de aplicação de recursos em saúde e educação, pois esses indicadores permitem a análise da eficiência sob perspectiva fiscal e de prestação de serviços ampliando a visão sobre o desempenho municipal.

3.4.3 Variável de Controle

No que se referem as “Variáveis de Controle”, para assegurar robustez aos resultados e evitar vieses estruturais, serão incorporadas variáveis de controle amplamente utilizadas em estudos sobre gestão municipal:

Quadro 3 – Indicadores de Variável de Controle

Origem	Descrição
População (IBGE)	Considerada por influenciar economias de escala e o custo de provisão de serviços públicos.
PIB per capita	Indica o nível de desenvolvimento econômico do município e potencialmente sua capacidade de financiamento
Receita Corrente Líquida (RCL)	Representa a força financeira disponível para gestão pública, podendo influenciar tanto a eficiência quanto a qualidade da informação
Grau de dependência de transferências	Captura o nível de autonomia fiscal do município, que afeta incentivos de gestão e esforço arrecadatário
Perfil geográfico e territorial	Considera fatores como extensão territorial, localização regional e características socioeconômicas que impactam o custo de entrega dos serviços públicos.

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

3.5 Procedimentos para Coleta de Dados

A pesquisa utilizará dados secundários, de natureza quantitativa, coletados exclusivamente em bases oficiais e públicas. A opção por esse tipo de dado se justifica pela necessidade de abranger todos os municípios do estado de Mato Grosso, garantindo comparabilidade, padronização metodológica e consistência estatística. Serão coletadas informações em quatro fontes principais conforme evidenciado no quadro a seguir.

Quadro 4 – Origem das informações

Fonte de Pesquisa	Materiais de Pesquisa
SICONFI/ Secretaria do Tesouro Nacional	Demonstrações contábeis municipais (Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais) Indicadores de qualidade da informação contábil e conformidade e indicadores Fiscais.
IBGE/DATASUS	Dados socioeconômicos: população, PIB per capita, área territorial, densidade, características estruturais dos municípios
IFGF/Firjan	Indicadores de eficiência fiscal e qualidade da gestão: autonomia, gastos com pessoal, liquidez, investimentos e capacidade de pagamento.

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

A coleta será realizada diretamente nos repositórios digitais dos respectivos órgãos, assegurando integridade das informações, identificação das séries e utilização do ano mais recente disponível para todos os municípios (provavelmente 2023 ou 2024). Caso haja consistência entre anos consecutivos, será construído um painel curto (2 a 3 anos), ampliando a robustez dos modelos econométricos.

A técnica utilizada será a análise documental em bases secundárias, conforme conceituada por Marconi e Lakatos (2022), caracterizada por obtenção sistemática de dados estruturados previamente coletados por instituições oficiais. Não haverá entrevistas, questionários ou observação direta, pois os dados necessários são públicos, padronizados e suficientes para atender aos objetivos da pesquisa.

3.6 Procedimentos de Análise de Dados

Os dados serão analisados por meio de estatística descritiva, correlação de Pearson e regressão linear múltipla, com controle de variáveis socioeconômicas, sendo os resultados apresentados em tabelas, quadros e gráficos, acompanhados de interpretação estatística e discussão teórica. Serão observados pressupostos econométricos como normalidade, homocedasticidade e ausência de multicolinearidade, garantindo rigor às análises.

Por fim, os resultados serão integrados em análise conclusiva, relacionando-os aos objetivos da pesquisa, permitindo avaliar a influência da qualidade da informação contábil sobre a eficiência do gasto público e comparar os estados analisados. A mensuração da eficiência não será realizada por DEA, mas por indicadores proxy, dada a natureza dos dados disponíveis.

3.7 Limitações previstas

A principal limitação da pesquisa refere-se à qualidade e disponibilidade dos dados municipais, podendo haver informações incompletas, inconsistentes ou fora do prazo no SICONFI, o que pode reduzir a amostra e a capacidade de generalização dos resultados. Além disso, por utilizar dados secundários, o estudo não contempla aspectos qualitativos da gestão pública, como capacidade administrativa e fatores políticos.

A análise também pode se restringir a um recorte transversal ou a um painel curto, limitando a observação de efeitos de longo prazo. Ainda assim, tais limitações não comprometem a relevância do estudo, que permanece capaz de gerar evidências robustas sobre a relação entre qualidade da informação e eficiência do gasto público

4 CRONOGRAMA DA PESQUISA

ATIVIDADES	2026	2027	
	2º semestre	1º semestre	2º semestre
Ingresso, matrícula e início das aulas	X		
Escolha e Refinamento do Tema	X		
Orientações iniciais com o professor	X		
Busca e Revisão da Literatura	X		
Pesquisa Documental	X	X	
Tratamento e padronização dos dados	X	X	
Análises Estatísticas (Correlação e Regressões)	X	X	X
Interpretação e Discussão dos Resultados	X	X	X
Apresentação da Qualificação			X
Entrega da Versão Final			X

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Why Nations Fail**. New York: Crown, 2012.
- ANDRADE, N. A. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.
- ASSAF NETO, A. **Estrutura e Análise de Balanços**. 14. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP** (9ª edição). Brasília: STN, 2023.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no SICONFI**. Brasília: STN, 2023.
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**. Brasília, 2020.
- FARRELL, M. **The measurement of productive efficiency**. Journal of the Royal Statistical Society. Series A (General), [S. l.], v. 120, n. 3, p. 253–290, 1957.
- FIRJAN. **Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF)**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2023.
- GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos municípios brasileiros: Munic 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- IFAC – INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. **Handbook of International Public Sector Accounting Standards**. New York: IFAC, 2023.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.
- PINA, Vicente; TORRES, Lourdes. **Are ICTs promoting government accountability?** International Public Management Journal, v. 9, n. 1, p. 1–19, 2006.
- PISCITELLI, R. **Contabilidade Pública**. 14. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.
- RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio Gomes de. Construindo a accountability em portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, art. 7, p. 116–138, mar. 2011.
- SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. *Revista de Administração Pública – RAP*. FGV-EBAPE. Rio de Janeiro, mar/abr 2009.

ZUCCOLOTTO, Robson; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. As Causas da Transparência Fiscal: Evidências nos Estados Brasileiros. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, Brasil, v. 25, n. 66, p. 242–254, 2014. DOI: 10.1590/1808-057x201410820. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rcf/article/view/98013>. Acesso em: 08 abr. 2026.